

# COMENTÁRIOS À NOVA DE LEI DE MANDADO DE SEGURANÇA

Páginas: 400  
ISBN: 978-85-203-3614-4  
Ano de publicação: 2010  
Editora Revista dos Tribunais  
Categoria: Jurídicos  
Preço: R\$ 74,00

## SINOPSE

Com o escopo de atualizar o tratamento legislativo do mandado de segurança, foi editada a Lei 12.016/2009, que incorporou em seu texto as interpretações jurisprudenciais e doutrinárias de mais de 50 anos de vigência da anterior Lei 1.533/1951, com reflexos em todas as esferas e instâncias do Poder Judiciário.

A presente obra coletiva traz a colaboração dos mais respeitados estudiosos de diversos Estados brasileiros e segmentos da atividade jurídica, que comentam, artigo por artigo, a nova Lei, sem deixar de interpretá-la sistematicamente. Os comentários por dispositivo têm não só o propósito prático de facilitar a consulta como também de orientar o estudo de forma mais específica e direta, por meio de notas doutrinárias e remissões jurisprudenciais sempre atuais.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO – COMENTÁRIOS À NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA

COLABORADORES

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O MANDADO DE SEGURANÇA

Gustavo Brígido Bezerra Cardoso

Introdução

Institutos similares ao mandado de segurança no direito comparado

Origem do mandado de segurança no direito brasileiro

Evolução constitucional do mandado de segurança

Conclusão

Bibliografia

ARTIGO 1.º – Tiago Asfor Rocha Lima

Considerações introdutórias

Natureza do mandado de segurança

Os conceitos de “direito líquido e certo” e de “prova pré-constituída”

O “direito líquido e certo”

A “prova pré-constituída”

A ilegalidade ou abuso de poder suscetível de impetração do writ

A legitimidade ativa no mandado de segurança individual  
A legitimidade ativa das pessoas jurídicas de direito público  
A legitimação concorrente para a impetração (art. 1.º, § 3.º)  
O ato coator objeto da impetração  
Os atos comissivos (e concretos de efeitos permanentes) e omissivos (e a teoria do trato sucessivo)  
Os atos em espécie, controláveis pelo mandamus  
O MS e os atos do Legislativo  
O MS e os atos jurisdicionais  
O MS e os atos administrativos  
Alguns atos insuscetíveis de controle pelo MS. A escorreita interpretação do § 2.º, do art. 1.º  
Bibliografia

#### ARTIGO 2.º – Tiago Asfor Rocha Lima

Identificando a autoridade coatora  
A teoria da encampação e sua aplicabilidade  
Incorreta indicação da autoridade coatora: correção ex officio, emenda da inicial ou extinção sem resolução do mérito?  
A fixação do órgão jurisdicional competente para processar e julgar o mandamus  
Bibliografia

#### ARTIGO 3.º – José Rogério Cruz e Tucci

Introdução  
Hipótese legal  
Prazo para impetração  
Superamento dogmático da substituição processual  
Ciência necessária e limites subjetivos da coisa julgada  
Bibliografia

#### ARTIGO 4.º – Sergio Bermudes

Bibliografia

#### ARTIGO 5.º – Leonardo José Carneiro da Cunha

As vedações ao mandado de segurança nas leis que o disciplinaram  
A revogação do inciso III, do art. 5.º da Lei 1.533/1951  
Casos em que não se admite o mandado de segurança  
Contra ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo independentemente de caução  
Contra ato judicial passível de recurso com efeito suspensivo  
Contra ato judicial transitado em julgado  
Litisconsórcio necessário no mandado de segurança contra ato judicial  
Desnecessidade de notificação da pessoa jurídica no mandado de segurança contra ato judicial  
Bibliografia

#### ARTIGO 6.º – Napoleão Nunes Maia Filho

Uma breve introdução  
O direito de ação e a relevância processual da petição inicial  
O direito de ação  
A relevância da petição inicial  
Formulação e requisitos de toda petição inicial cível  
Formulação da petição inicial cível  
A petição inicial do mandado de segurança  
A petição inicial de segurança  
Documentação duplicada

Documentos indispensáveis à cognição do pedido de segurança  
Documentos exigíveis no pedido de segurança  
Indicação da pessoa jurídica  
Casuística da complementação da petição inicial de segurança  
Exibição de documentos  
Complementação ulterior  
Sobre o conceito de autoridade coatora no pedido de mandado de segurança  
Sobre o conceito de autoridade coatora  
Autoridade delegada  
Ilegitimidade da autoridade  
Casos de denegação e renovação do pedido de segurança  
Denegação do pedido ou extinção do processo  
Renovação do pedido  
Bibliografia

#### ARTIGO 7.º – Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Introdução  
O que mudou  
Análise articulada do art. 7.º da lex nova  
O inciso I do caput e a notificação do coator  
O inciso II do caput e a questão da dupla defesa  
O inciso III do caput e o problema da caução  
O § 1.º e o cabimento do agravo contra a decisão acerca do liminar  
O § 2.º e as restrições às liminares  
O § 3.º e a duração dos efeitos da liminar  
O § 4.º e a prioridade do processo como liminar concedida  
O § 5.º e a extensão das vedações à tutela antecipada  
Conclusão  
Bibliografia

#### ARTIGO 8.º – José Lázaro Alfredo Guimarães

A precariedade da liminar contra ato de autoridade  
Revogação e perda de eficácia  
A doutrina das condições inconstitucionais  
Atos e diligências a cargo do impetrante  
Privilégio da Fazenda Pública  
Bibliografia

#### ARTIGO 9.º – José Lázaro Alfredo Guimarães

A comunicação visando à suspensão da liminar  
Bibliografia

#### ARTIGO 10 – Cesar Asfor Rocha

Bibliografia

#### ARTIGO 11 – José Eduardo de Melo Vilar Filho

Providências administrativas a cargo dos serventuários  
Bibliografia

#### ARTIGO 12 – José Eduardo de Melo Vilar Filho

Participação do Ministério Público no mandado de segurança  
O prazo para apresentação do parecer

Intimação da sentença ao Ministério Público  
Prazo para decisão judicial  
Bibliografia

#### ARTIGO 13 – Sergio Bermudes

ARTIGO 14 – Flávio Luiz Yarshell e Viviane Siqueira Rodrigues  
Recurso cabível contra sentença em mandado de segurança de competência originária de juízo de primeiro grau  
Duplo grau obrigatório e execução provisória da sentença concessiva da segurança  
Direito de recorrer e legitimidade passiva no mandado de segurança  
Técnicas de efetivação da sentença concessiva de segurança  
Bibliografia

#### ARTIGO 15 – Caio Cesar Vieira Rocha

Evolução histórica  
Constitucionalidade  
Natureza jurídica  
Processamento do pedido de segurança  
Condições do pedido de suspensão  
Legitimidade  
Caráter provisório ou sentença objeto do pedido de suspensão  
Pressupostos do mérito  
Efeito multiplicador  
Valores protegidos: ordem, economia, segurança e saúde públicas  
Procedimento  
Competência  
Prazo  
O contraditório no incidente de suspensão (a participação do impetrante)  
Extensão dos efeitos do pedido de suspensão  
Recurso contra a decisão da suspensão  
Ultratividade da decisão suspensiva. Inaplicabilidade no pedido de suspensão de segurança  
Pedido de suspensão da decisão que negar provimento a agravo de instrumento  
Bibliografia

#### ARTIGO 16 – Daniel Mota Gutiérrez

Aplicação dos princípios constitucionais processuais sobre (todo) o sistema processual  
Proposta de leitura do art. 16 na perspectiva dos princípios constitucionais do processo: enfoque que considera os riscos da supervalorização desses princípios  
A previsão em lei da defesa oral na sessão de julgamento do mandado de segurança à luz do princípio do contraditório e da ampla defesa  
O amparo legal à interposição do agravo de que trata o parágrafo único do art. 16 e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional  
Últimas considerações  
Bibliografia

#### ARTIGO 17 – Mantovanni Colares Cavalcante

Bibliografia

#### ARTIGO 18 – Mauro Luiz Campbell Marques

Considerações iniciais  
Recursos extraordinários (em sentido lato)

Prazo  
Efeitos  
Recurso adesivo  
Questões relativas à admissibilidade  
Recursos constitucionais ordinários  
Prazo  
Efeitos  
Recurso adesivo  
Questões relativas à admissibilidade

#### ARTIGO 19 – Marcus Claudius Saboia Rattacaso

O que (não) mudou  
Os efeitos da decisão denegatória  
A coisa julgada em mandado de segurança  
Os efeitos patrimoniais  
Bibliografia

#### ARTIGO 20 – Beatriz Fonteles Gomes Pinheiro

Considerações iniciais  
A ação mandamental orientada pelo princípio da efetividade  
O rito especial do mandado de segurança  
A previsão de prioridade do mandado de segurança nos regimentos internos dos tribunais pátrios  
A convivência da prioridade de tramitação do writ of mandamus com outras prioridades legalmente previstas  
Bibliografia

#### ARTIGO 21 – Teori Albino Zavascki

Mandado de segurança coletivo: natureza e fundamento  
Legitimação ativa  
Legitimação ativa de partidos políticos  
Legitimação ativa das organizações sindicais, entidades de classe e associações  
Objeto do mandado de segurança coletivo  
Processo e procedimento da ação coletiva de mandado de segurança  
Aplicação, por analogia, das normas do mandado de segurança individual  
Aplicação, por analogia, das normas e princípios das ações coletivas  
Bibliografia

#### ARTIGO 22 – Antonio Herman Benjamin e Gregório Assagra de Almeida

Introdução  
Dispositivos comentados, legislação correspondente e disposições normativas conexas  
Dispositivos comentados  
Legislação correspondente  
Disposições normativas conexas  
Disciplina normativa da coisa julgada, da litispendência e da liminar no mandado de segurança coletivo antes da Lei 12.016/2009  
O Projeto da nova lei da ação civil pública (substitutivo do PL 5.139/2009) e algumas diretrizes que serão importantes para a adequada interpretação e aplicação da coisa julgada, da litispendência e da liminar no mandado de segurança coletivo  
A coisa julgada coletiva e sua disciplina na nova lei do mandado de segurança (art. 22, caput)  
A coisa julgada coletiva e sua fundamentação constitucional  
A complexidade teórica sobre a fundamentação da coisa julgada  
A coisa julgada como direito e garantia constitucional fundamental

Conceito da coisa julgada no sistema jurídico brasileiro

A teoria dos direitos e garantias fundamentais adotada na Constituição Federal de 1988 e as duas dimensões da coisa julgada: a coisa julgada individual e a coisa julgada coletiva

A relação de correta e perfeita adequação que deverá existir entre o direito material coletivo e a coisa julgada coletiva

A coisa julgada coletiva

Da tríplice dimensão do fenômeno da coisa julgada coletiva no Código de Defesa do Consumidor (art. 103)

Coisa julgada coletiva em relação aos direitos ou interesses difusos

Da coisa julgada coletiva em relação aos direitos ou interesses coletivos em sentido estrito

Da coisa julgada coletiva em relação aos direitos ou interesses individuais homogêneos

A proposta de mudança de paradigma da disciplina da coisa julgada coletiva constante do substitutivo do Deputado Federal relator ao PL 5.139/2009, que disciplina a nova lei da ação civil pública e cria um sistema geral das ações coletivas

O vazio deixado pelo art. 22, caput, da nova LMS e a aplicabilidade do art. 103 do CDC em sede de mandado de segurança coletivo

Disciplina da litispendência no mandado de segurança coletivo (art. 22, § 1.º, primeira parte)

Obrigatoriedade de desistência da impetração individual e proibição do benefício da coisa julgada coletiva no plano individual (art. 22, § 1.º, segunda parte)

Liminar no mandado de segurança coletivo (art. 22, § 2.º): exigência de manifestação prévia do representante da pessoa jurídica de direito público e seu afastamento nos casos de urgência

Conclusões e sugestões interpretativas

Bibliografia

ARTIGO 23 – Alexandre Freitas Câmara

Introdução

Natureza do prazo para impetração de mandado de segurança

Compatibilidade entre a Constituição e prazo para impetração do mandado de segurança

Termo inicial do prazo para impetração do mandado de segurança

Bibliografia

ARTIGO 24 – Luiz Fux

Litisconsórcio

Generalidades

O litisconsórcio no mandado de segurança

Litisconsórcio e mandado de segurança coletivo

Intervenção de terceiros

Generalidades

Intervenção de terceiros no mandado de segurança

Bibliografia

ARTIGO 25 – Roberto Rosas

Honorários e embargos infringentes em mandado de segurança. Não cabimento<sup>359</sup>

Orientação da Lei 12.016/2009

Não cabimento de embargos infringentes

Não cabimento de honorários

Importância do mandado de segurança

Princípio da sucumbência. Não aplicação ao mandado de segurança

O significado político do mandado de segurança

Bibliografia

ARTIGO 26 – Silas Silva Santos

Bibliografia

ARTIGOS 27, 28 E 29 – Marcelo Lima Guerra

Noções básicas: direito intertemporal, conflitos intertemporais e metanormas intertemporais

Conflito intertemporal processual: aplicação de normas processuais novas aos processos pendentes

Indispensabilidade de opção legislativa quanto à metanorma intertemporal processual a ser utilizada: ausência de “imposições naturais”

O repertório consagrado de possíveis metanormas intertemporais processuais

Soluções “totais”: metanorma da total não incidência e metanorma da total incidência

O processo com “unidade” e as metanormas da total não incidência e da total incidência

Soluções “parciais”: a metanorma da incidência por isolamento de fase processual e a metanorma da incidência por isolamento dos atos processuais

A unidade processual como a principal fonte de vagueza da metanorma da incidência por isolamento de atos processuais

Direito intertemporal no direito positivo brasileiro: breve panorama da Constituição e da legislação processual civil

Direito intertemporal e a Constituição

Ampliando a perspectiva constitucional: regra e princípio jusfundamentais em matéria intertemporal

A legislação processual civil e sua sistemática omissão em matéria intertemporal: a questionável utilização do art. 1.211 do CPC pela doutrina dominante

Enfrentando uma “indefinição consolidada”: a norma veiculada pelo art. 1.211 do CPC

A omissão da Lei 12.016/2009: duas propostas de solução

Vigência imediata: inconstitucionalidade do art. 28 da Lei 12.016/2009

Bibliografia